

XXX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA – UFCG 2025
Área 8: Acumulação, Indústria e Transformação Tecnológica

Relações comerciais entre Brasil e ASEAN: uma análise pelas óticas da dependência e da desindustrialização

Trade relations between Brazil and ASEAN: an analysis through the lenses of dependency and deindustrialization

Letícia Silva Araújo¹
Lucas Milanez de Lima Almeida²
Alexandre Cesar Cunha Leite³

RESUMO

Este estudo analisa a relação comercial entre o conjunto dos países da ASEAN e o Brasil pelas perspectivas marxistas da Dependência e da Desindustrialização. Desde os anos 1990, o Brasil passa por um processo de desindustrialização que favorece sua dependência nas exportações de insumos e produtos básicos, causados pelo crescimento e *boom* das commodities e pelos movimentos dos países centrais. Por outro lado, a experiência asiática tem focado em produtos com alto valor agregado e em estimular seu processo de industrialização. A partir dos dados apresentados, conclui-se que, como parte do processo geral de reprodução do capital em uma economia dependente, observou-se um aprofundamento da dependência comercial do Brasil em relação ao conjunto dos países da ASEAN. Dentre outros fatores, isto reflete e alimenta o processo de desindustrialização da economia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Dependência; Brasil; ASEAN; Comércio Internacional; Desindustrialização.

ABSTRACT

This paper examines the trade relationship between the ASEAN countries and Brazil through the Marxist perspectives of Dependency and Deindustrialization. Since the 1990s, Brazil has undergone a deindustrialization process that has increased its reliance on exports of inputs and basic commodities, driven by the growth and boom of global commodity markets and the actions of central economies. In contrast, the Asian experience has focused on high value-added products and fostering industrialization. Based on the data presented, it is concluded that, as part of the broader process of capital reproduction in a dependent economy, there has been a deepening of Brazil's trade dependency on ASEAN countries. Among other factors, this both reflects and exacerbates the deindustrialization process of the Brazilian economy.

KEYWORDS: Dependency theory, Brazil, ASEAN, International Trade, Deindustrialization.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UEPB)

² Departamento de Relações Internacionais (UEPB)

³ Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UEPB)

INTRODUÇÃO

No contexto das transformações estruturais pelas quais a economia brasileira passou nas últimas três, quatro décadas, especialmente, a desindustrialização e a consequente re-primarização da pauta exportadora brasileira, este artigo tem como objetivo analisar as relações comerciais entre o Brasil e o conjunto dos países que compõem a ASEAN.

Durante a última grande expansão econômica mundial e o *boom* das commodities da primeira década dos anos 2000, o Brasil vivenciou um período de forte crescimento, mas também de re-primarização da sua balança comercial (Almeida Júnior, 2016; Almeida Júnior e Almeida, 2024; Almeida e Balanco, 2024a; 2024b; Bredow, Lélis e Cunha, 2016; Justen, Gurgel e Braga, 2023; Lamoso, 2020; Medeiros, 2022; Mesquita, Merlo e Gremaud, 2021; Salama, 2016; Santos, 2019). A re-primarização deu-se no contexto da emergência de economias asiáticas, especialmente a China e os Novos Tigres Asiáticos⁴, que foram catalizadoras e estimuladoras tanto da re-primarização quanto da desindustrialização, uma vez que a expansão da atividade industrial nesses países intensificou a demanda mundial por produtos agrícolas e minerais.

O Brasil, aproveitando essa onda de crescimento, estreitou seus laços econômicos com a região e, agora, parece ocupar uma posição de dependência em relação aos países asiáticos de industrialização recente. Por um lado, a literatura que trata das transformações pelas quais a economia do Brasil passou, entre os anos 1990 e 2000, indicam um profundo processo de reestruturação produtiva. Este modificou a forma como a indústria nacional se ramificou e se interligou com as demais atividades domésticas, bem como se integrou à nova divisão internacional do trabalho (Hiratuka e Negri, De, 2003; Hiratuka e Sarti, 2017; Laplane e Negri, De, 2004; Laplane e Sarti, 1997, 1999; Marcato, Sarti e Baltar, 2019; Medeiros e Sarti, 2020; Nassif, 2007; Negri, De e Laplane, 2003; Sarti e Hiratuka, 2018; Sarti e Laplane, 2002). Por outro, a literatura sobre os efeitos da intensificação das relações comerciais com as economias asiáticas é vasta quando o país em análise é a China (Almeida, Pires e Leite, 2022; Carcanholo e Saludjian, 2013; Cosenza, 2016; Cunha *et al.*, 2017; Macedo Cintra e Costa Pinto, 2017; Medeiros, 2006; Salama, 2012).

Contudo, poucos são os estudos que se dedicam a analisar a insurgência das relações entre o Brasil e o conjunto dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁵. De uma forma geral, a literatura não apresenta uma análise sistemática e detalhada das relações comerciais entre o Brasil e a ASEAN, concentrando-se, sobretudo, em relações bilaterais com alguns países selecionados do sudeste da Ásia (Guimarães, 1999; Marinho *et al.*, 2023; Oliveira, 2002; Veloso, 2017). A importância de uma pesquisa que tenha a ASEAN como ator integrado à estrutura produtiva

⁴ Economias do sudeste asiático que têm apresentado crescimento e inserção internacional acelerados, a partir da integração às cadeias produtivas globais, nomeadamente, Malásia, Tailândia, Filipinas e Indonésia.

⁵ Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

brasileira está na abrangência e no que a Agência Brasileira de Comércio (APEXBRASIL)⁶, indica em seu relatório que “em 2023, a ASEAN foi, como conjunto, o terceiro principal destino das exportações brasileiras, à frente do MERCOSUL, e o sexto maior fornecedor do Brasil”.

Como norte teórico e conceitual no âmbito marxista, o trabalho se baseia por um lado, na teoria da dependência e, por outro, na concepção de Almeida e Balanco (2024) e Almeida (2018) da desindustrialização. A pergunta trabalhada é a seguinte: no contexto da dependência e da desindustrialização brasileira, como se comportou a relação comercial entre Brasil e ASEAN nos últimos 25 anos? A hipótese a ser testada é a de que, nesta relação, os países da ASEAN destacaram-se como fornecedores de produtos manufaturados e o Brasil apresenta-se como fornecedor de produtos de baixo valor agregado, com maior participação das *commodities*.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta características gerais sobre as teorias da dependência e da desindustrialização. A terceira seção traz a discussão da literatura sobre as mudanças no comércio exterior brasileiro. A quarta seção apresenta um panorama geral da evolução das economias da ASEAN. A quinta traz uma análise comparativa do comércio entre o Brasil e ASEAN no período supracitado. Por último, apresentamos são tecidas as considerações finais do estudo.

1. ELEMENTOS CENTRAIS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência tem como um dos seus pressupostos fundamentais admitir que o capitalismo se desenvolve sob a lei do desenvolvimento desigual. Isto significa que as economias nacionais que integram o sistema (internacional) capitalista apresentam níveis distintos de desenvolvimento. Também parte do pressuposto que tal desigualdade não chega a ser um problema, pelo contrário, consiste em um elemento basilar do processo geral da acumulação (Carcanholo, 2008, 2013, 2023; Duarte, 2021; Marini, 2017). A razão fundamental é que, combinadas, a desigualdade entre as economias nacionais cumpre uma “função” específica no processo de valorização do capital, conformando a divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, o mercado mundial (Leite e Carcanholo, 2021).

Na essência da desigualdade entre os países capitalistas está o desnível no desenvolvimento das forças produtivas das quais dispõem a classe burguesa em geral. Os países em que os capitalistas detêm o conjunto dos meios de produção e da força de trabalho relativamente mais avançados são os que detêm maior capacidade de produzir riqueza (valor) e garantir a reprodução progressiva (quantitativa e qualitativamente) dessas forças produtivas (valores de uso). Assim, o processo de

⁶ <https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/noticias/ASEAN-emerge-como-um-dos-principais-destinos-das-exportacoes-brasileiras.html>. Acesso em 31 ago. 2024.

acumulação de capitais nas economias avançadas ocorre de forma endógena e sob condicionantes localizados em seu próprio território.

Entretanto, há um conjunto de países onde, predominantemente, os capitalistas detêm forças produtivas atrasadas e, conseqüentemente, insuficientes para o fomento da produção e da reprodução do capital social. Logo, para o processo de acumulação doméstico existir e o modo de produção capitalista funcionar, a burguesia nacional precisa recorrer ao capital estrangeiro para seu próprio capital se valorizar. Assim, observa-se uma relação de dependência entre as economias atrasadas e as avançadas.

Entretanto, a dependência não é apenas isto. A partir da contribuição de Marini (2017), devemos compreender que a dependência é uma condição na qual se encontram as economias atrasadas e que, em seu processo de reprodução social, sob as leis que regem o modo de produção capitalista, reproduzem-se também as condições do seu atraso, da sua subordinação e da sua dependência. Em essência, isto se dá através do que Leite (2016) definiu como imperialismo; entendido como um processo sistemático de transferência de riqueza de um país a outro. Assim, desde a Revolução Industrial, os países centrais se tornaram imperialistas através do que Leite e Carcanholo (2021) chamaram de mercado mundial e valendo-se daquilo que são os instrumentos próprios da dominação capitalista, na medida em que todo capital cedido tem seu “preço”, em quaisquer de suas formas (dinheiro, mercadoria ou produtiva).

Em suma, diante do desigual nível de desenvolvimento das forças produtivas, as economias de alguns países precisam das de outros para funcionarem. Em uma relação de dependência, as economias nacionais “combinam-se”, sob a aparência da interdependência, tais partes se complementam e o sistema internacional funciona como totalidade. Contudo, regido pelas leis econômicas que governam o modo de produção capitalista, ao produzirem riqueza, os capitalistas dos países atrasados são obrigados a cederem parte do seu mais-valor aos que lhes deram acesso ao capital inicial (através das trocas desiguais, remessas de lucros, juros e dividendos, pagamento de royalties, entre outras possibilidades). Com isto, reduz-se o tamanho do excedente que lhes permitiria investir em melhorias na própria atividade doméstica, impedindo que os capitalistas dos países dependentes reúnam condições de avançarem no desenvolvimento de suas forças produtivas internas. É sob esta lógica geral que, quando a reprodução do capital ocorre, reproduzem-se também as condições materiais da dependência, perpetuando-se a desigualdade e a hierarquia desse sistema.

1.1. O comércio exterior e o ciclo do capital em uma economia dependente

Marini (2017), ao descrever o ciclo do capital em uma economia dependente, nos mostra que as fases da circulação do capital ($D - M$ e $M' - D'$) são fundamentais para compreender o grau de

dependência comercial de uma nação. Naturalmente, o que ocorre em cada fase do ciclo do capital, incluindo na fase de produção (P), condiciona as demais e a reprodução desse ciclo. Contudo, aqui serão destacados alguns aspectos específicos, sem apresentar a totalidade do conceito.

Na compra ($D - M$) é possível analisar dois aspectos da dependência, ambos reflexos da capacidade produtiva doméstica. O primeiro se relaciona com a origem dos produtos adquiridos. Estas mercadorias representam a conexão entre o ciclo do capital da economia em análise e outros ciclos que o fomentam; assim as transações destas indica o grau de dependência comercial de um país. Caso uma quantidade significativa dos valores de uso seja oriunda da produção interna, isto reflete uma estrutura produtiva doméstica consolidada. Contudo, a depender do produto adquirido naquele ato, o excesso de valores de uso comprados no mercado externo pode refletir uma estrutura produtiva doméstica frágil. Neste caso, as economias com setor industrial pouco desenvolvido tendem a ter suas importações concentradas em produtos manufaturados. O segundo aspecto da dependência pode ser observado no ato da compra: o tipo e a qualidade das mercadorias adquiridas no mercado estrangeiro indicam o grau de dependência tecnológica de uma economia nacional. Países com forças produtivas atrasadas tendem a comprar mercadorias de maior intensidade tecnológica via importações, pois não são capazes de produzir os mesmos domesticamente.

Quando se analisa o ato da venda ($M' - D'$), encontra-se algumas questões semelhantes. Primeiro, o tipo e a qualidade das mercadorias produzidas refletem os graus de diversificação e de complexidade da estrutura produtiva. Os graus de diversificação e complexidade das mercadorias são indicativos das limitações tecnológicas da economia do país: quanto menor o desenvolvimento das forças produtivas, maior a concentração em produtos de menor valor agregado. Nesse contexto, o destino da produção se torna um indicador relevante para o entendimento da dependência. Naturalmente, economias que destinam grande parte da produção para o mercado externo são as que mais dependem do comércio internacional para finalizar seu ciclo de valorização do capital. Unindo isto ao tipo e à qualidade do produto que prevalece na pauta exportadora, tem-se os elementos fundamentais para compreender um dos principais indicadores da vulnerabilidade de um país: o grau de concentração das exportações em produtos de baixo valor agregado.

Nesse contexto, a análise do comércio exterior torna-se relevante para compreender os graus de dependência comercial e tecnológica de um país. Analisar esses dados de forma desagregada possibilita avaliar quais atividades econômicas e quais tipos de consumo são os mais vulneráveis ao capital estrangeiro.

No que concerne aos objetivos desse artigo, interessa analisar como uma economia dependente, como é o caso do Brasil, depende do comércio internacional com países da ASEAN, para realizar seu processo interno de circulação do capital. É nesse contexto que se insere o debate sobre a re-primarização comercial como consequência da desindustrialização brasileira.

1.2. A re-primarização da pauta comercial como resultado da desindustrialização

Segundo Almeida, Ribeiro e Balanco (2017), Almeida (2018) e Almeida e Balanco (2024a; 2024b), o processo de industrialização capitalista decorre não apenas da constituição do capital industrial enquanto atividade manufatureira maquinizada (grande indústria e sistema de fábricas), mas como atividade econômica central da dinâmica capitalista. Assim, segundo os autores citados, a indústria de transformação, dado o tipo de valor de uso que produzem, deve ser o setor mais importante no processo de acumulação em uma formação econômico-social capitalista. Este setor irradia um conjunto de elementos que transpassam as relações setoriais e elevam a produtividade geral da economia, garantindo sua reprodução ampliada com progresso tecnológico (Marx, 2006; Ribeiro, 1988; Szirmai, 2012; Tregenna, 2011, 2013, 2014, 2018).

Partindo desta concepção, uma economia outrora industrializada e que, posteriormente, não dispõe de uma manufatura capaz de liderar a dinamização da atividade econômica geral, está ou terá passado por um processo de desindustrialização. Para Almeida e Balanco (2024a; 2024b), a desindustrialização capitalista refere-se ao processo de perda de capacidade da manufatura de garantir a autodeterminação do processo de reprodução capitalista, sob uma dinâmica endogenamente determinada. Isso implica em uma redução na participação da manufatura doméstica no processo geral de acumulação capitalista, impactando a produção interna, tanto de valores de uso (meios de produção e meios de consumo), quanto de valor (mais-valor e salários). Conseqüentemente, as condições internas (endógenas e domésticas) de dinamização da atividade econômica são enfraquecidas, o que tem diferentes conseqüências em cada tipo de economia (Almeida, 2018; Almeida, Ribeiro e Balanco, 2017).

Nesse contexto, uma economia que enfrenta um processo de desindustrialização tende a alterar de forma profunda não apenas sua estrutura produtiva doméstica, mas, conseqüentemente, seu comércio exterior. Pelo lado da fase D – M, observar-se-á um aumento da compra de meios de produção (capital constante, tanto o fixo quanto o circulante) estrangeiros. Tal fato se torna mais sensível quando se trata de uma economia dependente e com grande potencial de produção de bens primários e de baixo valor agregado, como é o caso do Brasil. O motivo é que o conjunto dos valores de uso industrializados ainda necessários à reprodução social, mas que não são fornecidos pela economia doméstica, serão supridos pelas importações. Isto também é válido para os bens de consumo, mas é ainda mais relevante quanto aos meios de produção, em especial, bens de capital de maior intensidade tecnológica (Almeida, 2018). Desta forma, a desindustrialização aprofunda a condição de dependência de uma economia já dependente.

Por outro lado, altera-se também aquilo que o país é capaz de exportar, limitando-se a poucos produtos manufaturados e a (também poucos) produtos primários e de baixo valor agregado. Como uma das consequências da desindustrialização para a fase M' – D' do ciclo do capital está a re-primarização da pauta exportadora de um país. Note que a aptidão à produção de bens primários, por si só, não é razão suficiente para um país ser condenado a ocupar uma posição de primário exportador na divisão internacional do trabalho. Por exemplo, em 2021, os maiores exportadores de produtos agrícolas foram os EUA, seguido de China, Alemanha, Holanda e Brasil⁷. Por sua vez, em 2020, a China produziu 22,3% de todo o minério do mundo⁸, enquanto foi apenas a 12ª maior exportadora desses produtos (2,02% do total mundial) e a maior importadora (23,9% do total mundial)⁹. Assim, mesmo que detenha vasto território agricultável e/ou alta produtividade agrícola, ou mesmo que seja abundante em recursos minerais, uma economia nacional pode se tornar uma grande produtora e exportadora de manufaturados. Isto só será um problema para a balança comercial se não houver uma indústria capaz de transformar tais insumos em produtos finais de maior valor agregado e a preços suficientemente competitivos no mercado mundial. O problema é que, com a desindustrialização, o país perde capacidade de desenvolver aquele que é o principal setor doméstico de disseminação de tecnologia e produtividade. Assim, resta ao país exportar aquilo que dispõe, levando a uma re-primarização das exportações, e importar os produtos manufaturados que não produz internamente. Desta maneira, com a re-primarização e concentração das vendas externas em produtos de baixo valor agregado, o comércio exterior aprofunda a vulnerabilidade externa típica dos países dependentes, tornando a gestão do balanço de pagamentos mais volátil e difícil.

Na sequência, trata-se da literatura acerca da evolução do comércio exterior brasileiro ao longo das últimas décadas. Neste período, o país passou por uma reestruturação produtiva e reforçou sua tradicional posição de primário-exportador na divisão internacional do trabalho (Almeida, 2018; Almeida e Balanco, 2024).

2. AS MUDANÇAS RECENTES NO COMÉRCIO EXTERNO BRASILEIRO

A industrialização de uma economia dependente altera tanto sua pauta importadora quanto a exportadora. No caso do Brasil, durante o Processo de Industrialização por Substituição de Importações (PSI), viu-se a industrialização (nos moldes citados anteriormente) mudar a qualidade das importações nacionais (Tavares, 1998).

⁷ The Growth Lab at Harvard University. The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <http://www.atlas.cid.harvard.edu>.

⁸ OECD Data Explorer. Disponível em: <https://data-explorer.oecd.org/>.

⁹ The Growth Lab at Harvard University. The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <http://www.atlas.cid.harvard.edu>.

Ribeiro (1988) e Bonelli e Malan (1976) argumentam que, antes do PSI, predominava a importação dos bens de consumo duráveis e não duráveis. Em seu curso, como resultado da estruturação da cadeia industrial, elevaram-se as importações de meios de produção, em especial, bens de capital. Após a maturação do processo de industrialização, a partir dos anos 1960, o Brasil alcançou uma posição de país exportador de produtos manufaturados (Fasano Filho, 1988; Ribeiro, 1988).

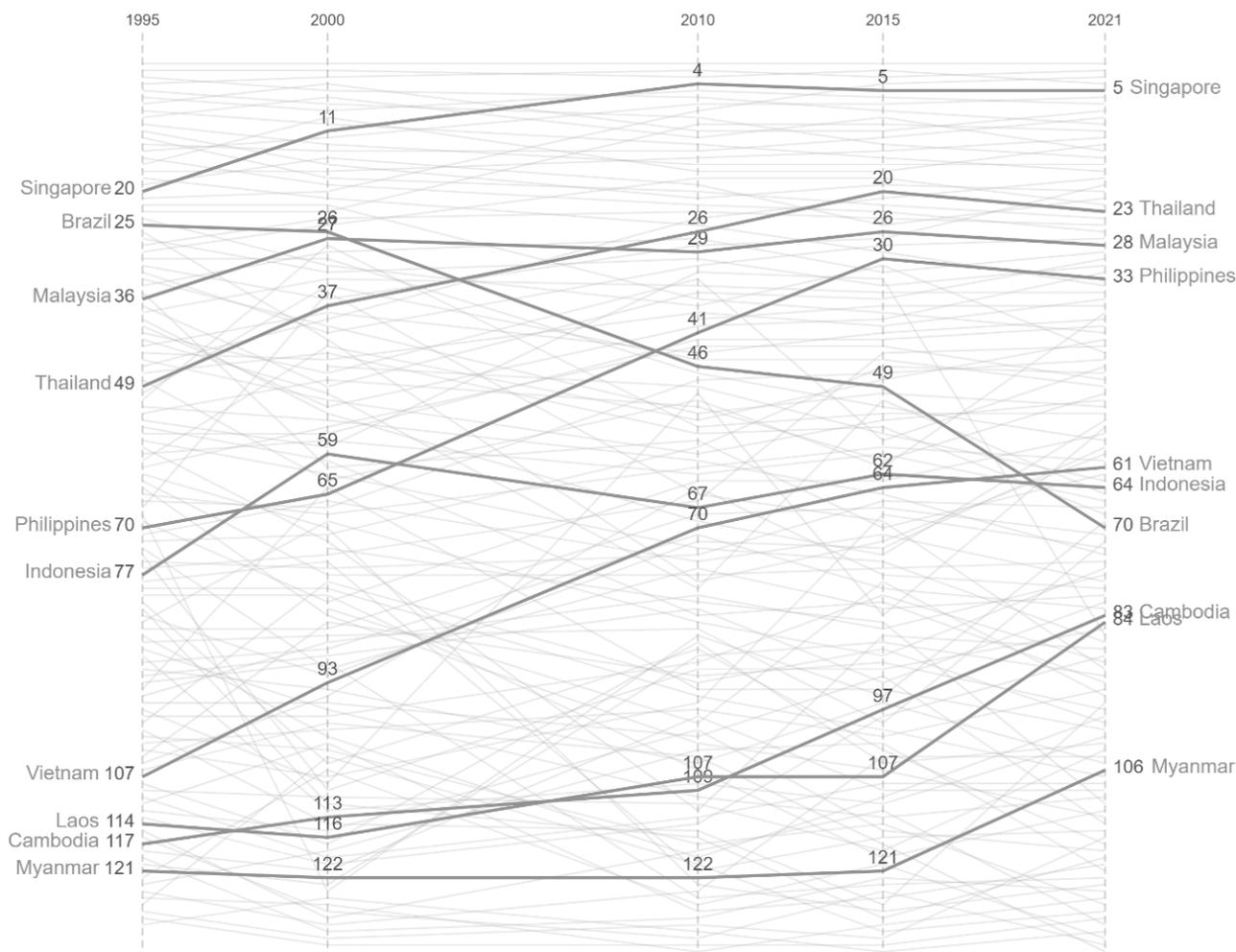
Segundo Horta (1983), o Brasil apresentou uma evolução na pauta exportadora de produtos industrializados no período compreendido entre os anos 1971 e 1980, saindo de 16% para 38,9% do total das exportações, respectivamente. No caso das vendas para os principais parceiros latino-americanos, os percentuais foram de 51,2% para 81,8% entre 1971 e 1980. Horta e Souza (2000), utilizando outra classificação, mostram que a pauta exportadora brasileira, em 1980, era composta por 58,7% de produtos industrializados, enquanto em 1996 este percentual foi de 74,1%. Ainda segundo os autores supracitados, entre 1990 e 1996, as exportações brasileiras como um todo cresceram mais em direção aos países latino-americanos (exceto México), ao Leste Europeu e às economias emergentes asiáticas (com exceção dos Velhos Tigres Asiáticos).

Lima, Lélis e Cunha (2015) argumentam que, para o período entre 2000 e 2011, o forte crescimento das exportações brasileiras está associado à expansão da economia mundial, que gerou o *boom* das commodities e nos garantiu ampliação das vendas de recursos naturais (produtos primários) e à diversificação dos destinos da produção nacional, ampliando as vendas para outros países emergentes.

Analisando as exportações e as importações, Almeida (2018) traz dados relevantes sobre a concentração do comércio exterior brasileiro em alguns tipos de produtos. Segundo o autor, utilizando-se do índice normalizado de Herfindahl-Hirschman, as exportações brasileiras permaneceram com um grau moderado de concentração entre 1985 e 1999, terminando o ano 2000 com um baixo grau de concentração. Com o *boom* das commodities, o indicador de concentração das exportações apresentou forte crescimento e logo atingiu o patamar de concentração moderada das exportações. Isto foi resultado, sobretudo, da maior participação dos produtos alimentícios, agropecuários e extrativos na pauta exportadora ao longo da década de 2000 (Almeida, 2018). No caso das importações, em 1985, o índice de concentração foi alto devido às compras internacionais de produtos extrativos. Entre os anos de 1990 a 1995, o indicador caiu para um nível baixo de concentração. Contudo, o comportamento se inverteu em 1996, quando o índice se elevou a um patamar de moderada concentração das importações, permanecendo neste nível até o ano de 2010. Neste período, eletroeletrônicos, químicos, extrativos, equipamentos de transportes e máquinas e equipamentos foram os principais produtos importados pelo Brasil, representando, em média, 56,1% das compras externas (Almeida, 2018).

A partir de Almeida (2018), Cunha, Lelis e Fligenspan (2013), Hiratuka e Sarti (2017), Morceiro (2012) e Morceiro e Guilhoto (2020), pode-se afirmar que essas mudanças na estrutura comercial brasileira são reflexos da desindustrialização pela qual o Brasil passou a partir da década de 1990. Utilizando-se de perspectivas e metodologias distintas, os autores acima mostram como, de uma forma agregada e setorial, o país precisou acessar cada vez mais o mercado internacional para fazer sua economia funcionar, em especial, a indústria.

Figura 1 - Rank do índice de complexidade econômica do Brasil e de nove países da ASEAN*: 1995-2021



Fonte: The Growth Lab at Harvard University. The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <http://www.atlas.cid.harvard.edu>

* Brunei não dispõe de dados.

A partir de Hiratuka e Sarti (2017), Hiratuka (2010) e Pereira (2019), pode-se afirmar que essas mudanças ocorridas no Brasil são reflexo de mudanças mais amplas, ocorridas em âmbito global. A reestruturação produtiva pela qual o Brasil passou, a partir dos anos 1990, refletem as mudanças na estrutura produtiva dos países capitalistas avançados e, conseqüentemente, as mudanças no padrão de comércio internacional das últimas décadas, o que inclui a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho. Segundo os autores citados, isto é uma resultante dos novos padrões de

organização do capital industrial sob o comando das empresas multinacionais. Estas empresas abandonaram o padrão multidoméstico de expansão internacional e passaram a se organizar em cadeias produtivas globais, as quais se caracterizam pela fragmentação e descentralização geográfica dos elos de diversas cadeias produtivas, características típicas do padrão das tecnologias da informação e comunicação. Como resultado, manifestou-se a desindustrialização em algumas economias, enquanto a atividade industrial passou a ganhar força em outras regiões.

Refletindo as modificações pelas quais passou a economia brasileira, a **Figura 1** mostra a trajetória descendente do Brasil na listagem dos países de acordo com o grau complexidade econômica entre 1995 e 2021. Como pode ser visto, o Brasil saiu da 25ª posição, em 1995, para 70ª, em 2021. Por sua vez, todos os nove países da ASEAN com dados disponíveis elevaram sua posição no rank. Para além de Singapura, que compõe os Velhos Tigres Asiáticos, destacam-se o crescimento de Malásia, Tailândia e Filipinas.

A seção a seguir traz os elementos que tratam das relações recentes que se estabeleceram entre essas economias.

3. RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ASEAN

Apesar de registrar relações com a Ásia desde o século passado, a comunicação brasileira com os países do Sudeste Asiático acontece tradicionalmente dentro do contexto de integração regional através do Mercosul. Essa aproximação com os países asiáticos foi denominada de Parceria Estratégica dentro da Política Externa Brasileira que estabelecia relacionamentos bilaterais diplomáticos fomentados com o objetivo de aquisição de benefícios mútuos e recíprocos na área de desenvolvimento social, político e econômico. Os acordos com países da ASEAN eram direcionados à cooperação técnica e aquisição de desenvolvimento tecnológico. Apesar do estabelecimento de relações ter se iniciado na década de 1980, pode-se observar que esforços de aproximação aconteceram por volta de 1995, com o então presidente, Fernando Henrique Cardoso e Secretário-geral da ASEAN, Ajit Singh (Veloso, 2017). Essa relação era, entretanto, dificultada pela falta de conhecimento relacionado a práticas financeiras, econômicas, comerciais e pelo distanciamento cultural mútuo.

A despeito do exposto acima, existe similaridades quanto ao desejo de ambos os atores por projeção internacional, ainda que haja assimetrias. O ponto positivo é que ambos – Brasil e ASEAN – são igualmente abertos à cooperação internacional e ao multilateralismo (Veloso, 2017). Durante o primeiro governo Lula (2003-2010), houve um esforço para diversificar e fortalecer as relações internacionais do Brasil, incluindo com países da ASEAN. A política externa brasileira nesse período focou em ampliar parcerias com o Sul Global e promover maior cooperação Sul-Sul. Embora o

estreitamento específico com a ASEAN tenha sido menos pronunciado em comparação com outras regiões, houve avanços na construção de diálogos e na exploração de oportunidades comerciais. A ênfase esteve em uma diplomacia mais ativa e na busca por novas alianças políticas e econômicas.

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Jair Bolsonaro (2019-2022), as relações entre o Brasil e os países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) tiveram desenvolvimentos variados. No governo de Dilma Rousseff, o Brasil manteve uma abordagem de política externa focada em expandir sua influência comercial, especialmente na América Latina e na África. No caso das relações com países da ASEAN não se observou um destaque significativo durante o período de Dilma, uma vez que suas políticas foram mais direcionadas para a África e outras regiões emergentes. No governo de Jair Bolsonaro, houve uma mudança significativa na política externa do Brasil, com um foco maior no alinhamento com países cujos governos eram de direita, incluindo os Estados Unidos e outros países do Ocidente. Logo, em sua política externa, Bolsonaro não priorizou a ASEAN, derivando em uma redução geral no engajamento do Brasil com blocos internacionais fora do eixo ocidental. Além disso, o governo se distanciou de várias iniciativas de integração regional na América do Sul e em outros blocos emergentes, o que limitou as oportunidades de estreitamento de laços com países da ASEAN durante o seu mandato. Tanto o governo Dilma como o governo Bolsonaro marcaram um recuo nas relações políticas específicas com a ASEAN, refletindo mais as prioridades internas e regionais de cada governo em vez de um engajamento ativo e crescente com o Sudeste Asiático.

As relações diplomáticas são estáveis, ainda que subaproveitadas e inexploradas. O Brasil mantém canais abertos com todos os 10 países (Singapura, Malásia, Tailândia, Brunei, Laos, Mianmar, Vietnã, Indonésia, Filipinas e Camboja) pertencentes ao bloco, além de cerca de 60 acordos econômicos com o Sudeste Asiático, com vistas à redução da pobreza, ao desenvolvimento social, à promoção de comércio e atração de investimento e ciência e tecnologia. Esse objetivo é reforçado através de convocações periódicas de diálogo político bilateral, para a promoção de comércio e de investimento tanto a nível bilateral quanto a nível multilateral. Atualmente, o Brasil e os países da ASEAN possuem uma parceria no âmbito do "ASEAN-Brazil Sectoral Dialogue Partnership". Este diálogo setorial envolve áreas de cooperação prática e abrange diversas frentes, como economia, industrialização, estratégias diplomáticas, agricultura, questões ambientais e transição energética.

A aproximação entre Brasil e ASEAN acontece não só através de esforços diplomático entre o país latino-americano e cada um dos países membros, mas se desenvolve no âmbito da cúpula do Mercosul e a cúpula do Sudeste Asiático.

Entre as tentativas de aproximação, pode-se mencionar as visitas presidenciais brasileiras realizadas a Singapura (2014), Indonésia, Vietnã e Timor-Leste (2008); além do recíproco recebimento de visitas de chefes de Estado do Timor-Leste, da Filipinas, da Indonésia e de Singapura

ao longo de 2008 e 2011 pelos mandatários brasileiros. Em 2010, criou-se a Embaixada do Brasil em Mianmar, logo após o início do processo de abertura política do país. Em 2014, instalou-se a primeira adidância defesa do Brasil em Jakarta, sendo a primeira do Brasil em todo o Sudeste Asiático.

Brasil e ASEAN articularam conjuntamente fóruns e canais, mesmo que informais e não institucionalizados, de discussão para promoção da cooperação comercial, integração regional e política, como o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal) que reúne 36 países da América Latina e Ásia, além da Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, a criação Observatório América Latina-Ásia-Pacífico sob o guarda-chuva da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e do *Latin American Business Forum*, em Singapura.

O interesse do Brasil na região está atrelado às seguintes razões: (i) às perspectivas de crescimento econômico; (ii) à grande demanda por investimento e, (iii) ao acesso às tecnologias de ponta. Observa-se que ao longo do século XXI crescem os esforços pelo aprimoramento tecnológico e pela produção de produtos manufaturados. Já no caso dos países do Sudeste Asiático e da ASEAN o interesse nas relações com o Brasil está ligado a posição do país como fornecedor de matérias-primas, produtos alimentícios e insumos básicos, como soja, açúcar, milho, minério de ferro e petróleo. No tópico a seguir, detalha-se as relações comerciais entre o Brasil e os países da região.

4. AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ASEAN

A análise dos dados do comércio entre Brasil e ASEAN será apresentada em duas etapas. A primeira consiste numa análise dos dados da balança bilateral ao longo dos últimos 25 anos, os quais serão avaliados ano a ano e em quinquênios, de maneira que as informações sejam agrupadas e analisadas segundo as tendências observadas em cada período. A segunda etapa consiste numa análise comparativa dos dados do comércio bilateral do Brasil com regiões selecionadas no último quinquênio (2019-2023), a saber, África, América do Norte, América do Sul (exceto Mercosul), Mercosul, Ásia (exceto Oriente Médio e ASEAN), Europa (exceto União Europeia) e União Europeia. O objetivo é associar o padrão de comércio do Brasil com a ASEAN a partir do comparativo com o restante dos países e grupos acima expostos.

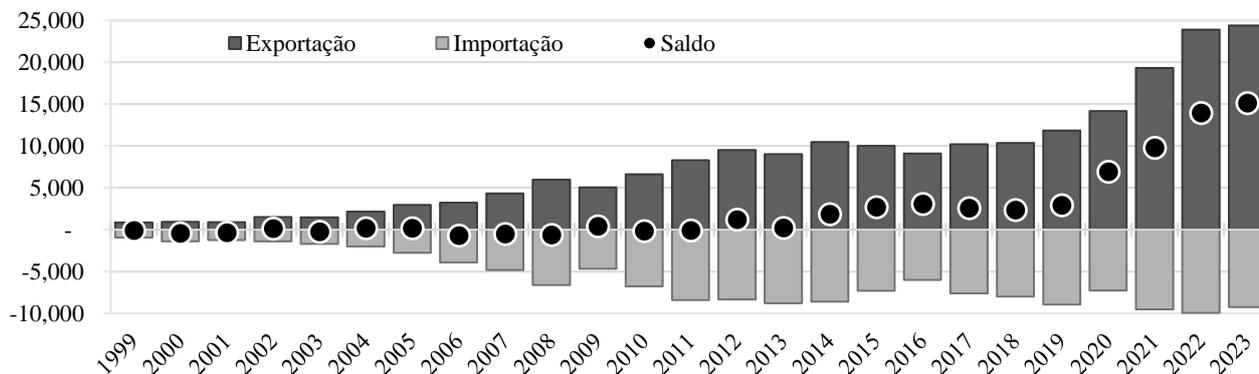
4.1. Os últimos 25 anos de comércio entre Brasil e ASEAN

Segundo a ApexBrasil¹⁰, nos últimos cinco anos, o crescimento das vendas do Brasil para a ASEAN foi superior ao crescimento das vendas brasileiras para o resto do mundo. Pela **Figura 2**,

¹⁰ <https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/conteudo/noticias/ASEAN-emerge-como-um-dos-principais-destinos-das-exportacoes-brasileiras.html>. Acesso em 31 ago. 2024.

podemos observar que isto é uma mudança de tendência nas exportações brasileiras que se inicia em 2019.

Figura 2 - Comércio exterior entre Brasil e ASEAN (em milhões de US\$): 1999-2023

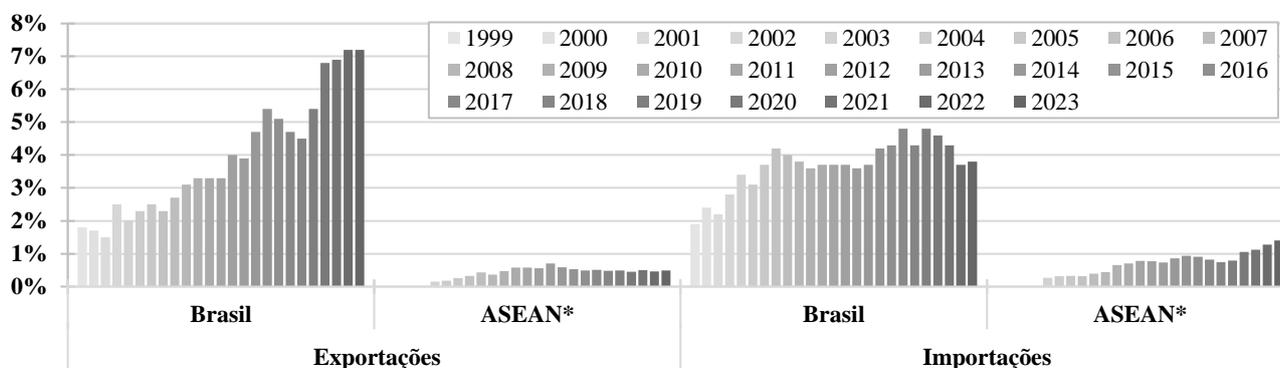


Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

Apesar de ter havido um crescimento significativo e consistente das exportações brasileiras para a ASEAN entre 1999 e 2012, com exceção de 2009, ano em que a “Crise do Subprime” atingiu o Brasil, vê-se que, entre 2013 e 2018, há relativa estagnação nas nossas exportações para a Associação. Por sua vez, de 2019 a 2023, o Brasil foi batendo sucessivos recordes de exportações para a ASEAN. No caso das importações, elas seguem uma tendência de crescimento entre 1999 e 2012, mas que se transforma em uma tendência de estagnação até 2023. Os dados se refletem nos saldos da balança comercial entre o Brasil e o grupo: até 2011, o Brasil oscilou entre momentos de déficit e superávit comercial com a ASEAN; mas, a partir de 2012, o país tem registrado superávit comercial com tendência de crescimento.

Pela **Figura 3** podemos observar que a participação das exportações para a ASEAN no total das exportações do Brasil quadruplicou entre 1999 e 2023, saindo de 1,8% do total para 7,2%, respectivamente.

Figura 3 - Participação (%) do comércio entre Brasil e ASEAN no comércio total de cada país/região: 1999-2023



Fonte: Elaboração própria com base em dados do COMEXSTATS e ASEANSTATS (<https://data.aseanstats.org/>).

* Dados da ASEANSTATS indisponíveis antes de 2003.

Já a fatia da ASEAN nas nossas importações dobrou no período, saindo de 1,9%, em 1999, para 3,8%, em 2023. Por sua vez, o Brasil tem uma participação consideravelmente pequena no total das exportações da ASEAN, não superando sequer 1% do total exportado pela Associação entre 2003 e 2023. A situação é parecida quanto às importações da ASEAN de produtos oriundos do Brasil, que chegou a 1,4% do total em 2023.

Com o objetivo de detalhar o comércio entre os países, as tabelas a seguir trazem dois tipos de desagregação desses dados: ao nível Seção da International Standard Industrial Classification (ISIC) e ao Nível 1 da Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE). Apresentamos em sequência os dados agregados em quinquênios e utilizamos as médias no período.

A **Tabela 1** a seguir traz a classificação em nível Seção da ISIC, bem como uma subdivisão das atividades industriais de acordo com a intensidade tecnológica, baseado em Galindo-Rueda e Verger (2016).

Podemos observar que a pauta das vendas brasileiras para ASEAN apresentou uma mudança estrutural entre 1999 e 2023. Inicialmente, predominavam exportações de produtos industriais, sobretudo de baixa, média e média-alta tecnologia. Contudo, com o passar dos anos, mantendo-se a indústria de baixa intensidade tecnológica com a maior participação no total das exportações para a ASEAN, o Brasil passou a exportar cada vez mais produtos da indústria extrativa e da agropecuária. No quinquênio 1999-2023, quase metade das nossas exportações para ASEAN (43%) são de produtos primários.

No caso das importações, observamos um movimento diferente. Os produtos industriais sempre predominaram nas compras brasileiras originadas da ASEAN, o que foi se intensificando entre 1999 e 2023. O que se observa, contudo, é uma maior diversificação dentre esses produtos: inicialmente, havia uma grande concentração entre produtos de alta e média-alta tecnologia; no fim, para além destes, destacam-se as importações de manufaturados de baixa e média intensidade tecnológica. Deve-se registrar que, nos quinquênios 1999-2003, 2004-2008 e 2009-2013, as importações brasileiras da ASEAN era de produtos agropecuários, percentual que cai acentuadamente a partir de 2014-2018.

A última seção da tabela mostra o saldo da balança comercial segundo a classificação adotada. No saldo total da balança bilateral, observa-se que foram os produtos primários (agropecuários e extrativos) e de baixo valor agregado que garantiram o superávit brasileiro nos dois últimos quinquênios da série. Por sua vez, vê-se que o saldo da balança da indústria de transformação foi negativo até o penúltimo quinquênio analisado, tornando-se positivo entre 2019-2023. Esta reversão se deu, sobretudo, pelo expressivo aumento das exportações de manufaturados de baixa intensidade tecnológica. No caso dos manufaturados de alta e média-alta tecnologia, nosso saldo com a ASEAN foi negativo e crescente ao longo dos quinquênios.

Tabela 1 - Valor médio (em milhões de US\$) e distribuição (%) do comércio entre Brasil e ASEAN segundo a atividade econômica: 1999-2023

Atividade Econômica	1999-2003		2004-2008		2009-2013		2014-2018		2019-2023	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
<i>Exportações</i>										
Agropecuária	47	4,1	416	11,2	1.520	19,7	2.552	25,4	3.813	20,4
Indústria Extrativa	80	7,1	374	10,0	910	11,8	1.452	14,5	4.232	22,6
Indústria de Transformação	1.000	88,5	2.931	78,6	5.237	68,0	5.966	59,5	10.635	56,8
Alta Tecnologia	22	1,9	50	1,3	76	1,0	98	1,0	126	0,7
Média-alta Tecnologia	169	15,0	480	12,9	650	8,4	817	8,1	773	4,1
Média Tecnologia	210	18,6	619	16,6	830	10,8	653	6,5	418	2,2
Baixa Tecnologia	599	53,1	1.782	47,8	3.682	47,8	4.399	43,9	9.318	49,7
Outros Produtos	3	0,3	7	0,2	36	0,5	59	0,6	52	0,3
Total	1.129	100	3.729	100	7.702	100	10.030	100	18.732	100
<i>Importações</i>										
Agropecuária	151	11,4	474	11,8	738	10,0	395	5,3	334	3,7
Indústria Extrativa	27	2,1	24	0,6	40	0,5	25	0,3	8	0,1
Indústria de Transformação	1.148	86,4	3.518	87,5	6.610	89,4	7.087	94,4	8.650	96,2
Alta Tecnologia	685	51,5	1.777	44,2	2.200	29,7	2.629	35,0	3.196	35,5
Média-alta Tecnologia	258	19,5	856	21,3	2.104	28,5	2.133	28,4	2.881	32,0
Média Tecnologia	88	6,6	219	5,5	617	8,3	723	9,6	1.085	12,1
Baixa Tecnologia	117	8,8	666	16,6	1.689	22,8	1.603	21,3	1.488	16,5
Outros Produtos	1	0,1	5	0,1	7	0,1	4	0,0	3	0,0
Total	1.328	100	4.022	100	7.394	100	7.511	100	8.996	100
<i>Saldo comercial</i>										
Agropecuária	-105		-58		782		2.157		3.479	
Indústria Extrativa	53		350		870		1.427		4.224	
Indústria de Transformação	-149		-587		-1.373		-1.121		1.985	
Alta Tecnologia	-663		-1.727		-2.124		-2.531		-3.070	
Média-alta Tecnologia	-90		-376		-1.454		-1.316		-2.107	
Média Tecnologia	122		399		212		-70		-666	
Baixa Tecnologia	482		1.116		1.993		2.796		7.829	
Outros Produtos	1		2		29		55		49	
Total	-199		-293		308		2.519		9.736	

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

Para compreender melhor esses dados, vejamos a **Tabela 2**, que divide as informações do comércio segundo a CGCE. Pelas exportações, observamos que houve um significativo aumento das vendas brasileiras de combustíveis e lubrificantes para a ASEAN entre o início e o final da série. Com isso, saindo de 7,1% no período de 1999-2003, cerca de 28,3% das exportações brasileiras para a ASEAN foi deste tipo de produto entre 2019 e 2023. Em todo período, os bens intermediários foram os de maior participação nas exportações do Brasil para a Associação, mesmo tendo apresentado fortes oscilações ao longo da série.

Já as importações brasileiras de produtos da ASEAN se concentraram, desde o início da série, em bens intermediários. Por sua vez, partir do quinquênio 2009-2013, vê-se que dobra a participação

dos bens de consumo no total das compras brasileiras, enquanto as importações de bens de capital sobem de patamar nos últimos cinco anos. Por fim, pela CGCE, o saldo comercial entre Brasil e ASEAN se apresentou positivo nos dois últimos quinquênios devido aos superávits em bens intermediários, principalmente, e combustíveis e lubrificantes.

Tabela 2 - Valor médio (em milhões de US\$) e distribuição (%) do comércio entre Brasil e ASEAN segundo as grandes categorias econômicas: 1999-2023

Categoria Econômica	1999-2003		2004-2008		2009-2013		2014-2018		2019-2023	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
<i>Exportações</i>										
Bens de capital	45	4,0	304	8,1	287	3,7	243	2,4	282	1,5
Bens intermediários	882	78,1	2.674	71,7	6.150	79,8	8.244	82,2	11.920	63,6
Bens de consumo	121	10,7	327	8,8	492	6,4	761	7,6	1.225	6,5
Comb. e Lubrif.	81	7,1	424	11,4	773	10,0	779	7,8	5.299	28,3
Bens não especif.	0	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,0	5	0,0
Total	1.129	100	3.729	100	7.702	100	10.030	100	18.732	100
<i>Importações</i>										
Bens de capital	93	7,0	257	6,4	509	6,9	548	7,3	997	11,1
Bens intermediários	1.113	83,8	3.291	81,8	5.823	78,7	5.889	78,4	6.909	76,8
Bens de consumo	73	5,5	209	5,2	785	10,6	975	13,0	972	10,8
Comb. e Lubrif.	29	2,2	264	6,6	277	3,7	99	1,3	118	1,3
Bens não especif.	20	1,5	-	0,0	0	0,0	1	0,0	0	0,0
Total	1.328	100	4.022	100	7.394	100	7.511	100	8.996	100
<i>Saldo comercial</i>										
Bens de capital	-47		47		-223		-305		-715	
Bens intermediários	-231		-618		327		2.356		5.012	
Bens de consumo	48		117		-293		-213		253	
Comb. e Lubrif.	52		160		496		681		5.181	
Bens não especif.	-20		0		1		1		5	
Total	-199		-293		308		2.519		9.736	

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

Para termos outra dimensão dessas informações, foi feito um comparativo dos dados do último quinquênio do comércio entre Brasil e ASEAN com os dados, deste mesmo período, do comércio entre Brasil e algumas regiões selecionadas.

4.2. O comércio recente entre Brasil e ASEAN em perspectiva comparada

Nesta seção, vamos comparar as pautas de exportação e importação do Brasil-ASEN com as pautas do comércio do Brasil com o mundo e com regiões selecionadas: África (ÁFR), América do Norte (AN), América do Sul, exceto Mercosul (AS), Mercosul (MERC), Ásia, exceto Oriente Médio e ASEAN (ÁSIA), Europa, exceto União Europeia (EUR) e União Europeia (UE). O objetivo é verificar se há algum padrão no comércio entre Brasil e ASEAN que se assemelhe a outras regiões,

as quais, juntas, correspondem a mais de 90% do comércio exterior brasileiro. Além disso, nos permite comparar com o comércio realizado com distintas regiões, as quais cumprem funções diferentes na divisão internacional do trabalho.

A **Tabela 3** mostra a pauta comercial distribuída segundo as atividades econômicas, bem como a divisão da manufatura de acordo com o grau de intensidade tecnológica no período de 2019 a 2023. No caso das exportações segundo a Seção ISIC (Agropecuária, Extrativa, Transformação e Outros Produtos), o comércio com a ASEAN está próximo daquele que é o padrão do comércio Brasil-Mundo e Brasil-UE: pouco mais da metade das exportações são de produtos manufaturados. Contudo, nesta classificação, o comércio do Brasil com as demais regiões tem várias particularidades. Com a região ÁSIA (região que inclui China, Japão e Coreia do Sul), prevalecem as vendas de produtos primários, com 69,6% do total exportado, em detrimento das exportações de manufaturados, com 30,1%. Nos demais casos, as exportações brasileiras de manufaturados variaram de 65,5% (EUR) a 89,1% (MERC).

Tabela 3 - Distribuição (%) do comércio entre Brasil e regiões selecionadas segundo a atividade econômica: 2019-2023

Atividade Econômica	Mundo	ASEAN	ÁSIA	ÁFR	AN	MERC	AS	UE	EUR
<i>Exportações</i>									
Agropecuária	21,6	20,4	32,2	17,9	6,3	5,0	4,9	20,7	27,6
Indústria Extrativa	24,2	22,6	37,4	5,4	10,3	4,6	14,8	25,9	5,9
Indústria de Transformação	53,7	56,8	30,1	76,4	82,8	89,1	80,0	52,5	65,5
Alta Tecnologia	1,0	0,7	0,3	0,6	1,9	2,2	2,2	1,2	1,0
Média-alta Tecnologia	14,0	4,1	2,5	11,2	28,1	50,6	39,7	11,6	10,4
Média Tecnologia	10,4	2,2	3,2	2,8	29,3	16,3	11,5	8,0	29,1
Baixa Tecnologia	28,3	49,7	24,1	61,8	23,5	20,1	26,7	31,7	25,0
Outros Produtos	0,5	0,3	0,3	0,3	0,7	1,2	0,2	0,9	0,9
Total (milhões de US\$)	276.991	18.732	119.229	10.161	42.060	17.894	16.414	38.267	10.950
<i>Importações</i>									
Agropecuária	2,2	3,7	0,5	2,8	0,5	16,6	9,2	0,7	1,1
Indústria Extrativa	6,4	0,1	0,1	35,8	9,3	1,9	32,4	0,3	3,7
Indústria de Transformação	90,3	96,2	99,2	61,0	89,7	70,5	57,1	98,8	94,9
Alta Tecnologia	15,9	35,5	27,1	0,5	10,2	1,2	0,1	17,6	11,0
Média-alta Tecnologia	47,9	32,0	47,7	41,9	51,5	40,6	17,3	55,5	56,0
Média Tecnologia	9,5	12,1	11,6	8,5	5,7	4,8	23,4	9,8	9,5
Baixa Tecnologia	17,0	16,5	12,8	10,1	22,3	23,9	16,3	15,9	18,3
Outros Produtos	1,1	0,0	0,1	0,4	0,6	11,1	1,2	0,1	0,2
Total (milhões de US\$)	215.505	8.996	73.490	6.282	46.226	15.915	9.124	38.642	13.456

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

O que vai diferenciar essas regiões no comércio com o Brasil é o nível de intensidade tecnológica dos manufaturados que são exportados pelo Brasil. De uma forma geral, as exportações brasileiras de manufaturados de alta tecnologia são baixas, correspondendo a apenas 1% do que

exportamos para o mundo. Nossos principais compradores são as Américas, tanto do Sul (MERC e AS), quanto do Norte (AN). Por sua vez, são essas as mesmas regiões as que apresentam maior participação de produtos de média-alta tecnologia nas compras ao Brasil. No caso dos manufaturados de média tecnologia, além das Américas, destaca-se a região EUR, que, dentre suas compras ao Brasil, 29,1% foram desses tipos de produtos entre 2019 e 2023. Por sua vez, as demais regiões, incluindo a ASEAN, concentrou suas compras em produtos brasileiros de baixa intensidade tecnológica, com destaque para a África (ÁFR), onde esses produtos corresponderam a 61,8% do total das nossas exportações para o continente no período.

O **Quadro 1** traz os três produtos industriais com maior participação nas exportações do Brasil para cada destino, bem como o percentual desta participação. Os produtos que mais aparecem na lista são os mesmos que compõem o Top 3 das vendas do Brasil para o mundo: produtos alimentícios (que só não aparece na região MERC), Metais básicos (não aparece em MERC, AS e ÁFR) e veículos (aparece apenas em MERC, AS e ÁFR). No caso das vendas para a ASEAN, observa-se que a segunda atividade com maior participação foi a produtora de Coque e produtos petrolíferos refinados, com 19,6% do total. Um elemento a ser destacado é o fato de que, para a ASEAN, o Brasil exporta de forma relevante os derivados do petróleo, não apenas o óleo bruto. Além disso, vale registrar que apenas a África teve esta atividade dentro do seu Top 3.

Quadro 1 - Top 3 dos principais produtos industriais exportados pelo Brasil por destino: 2019-2023

Destino	1ª Posição		2ª Posição		3ª Posição	
Mundo	Produtos alimentícios	17,4%	Metais básicos	8,3%	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	4,2%
ASEAN	Produtos alimentícios	26,7%	Coque e produtos petrolíferos refinados	19,6%	Metais básicos	1,9%
ÁSIA	Produtos alimentícios	16,6%	Papel e produtos de papel	3,3%	Metais básicos	2,9%
ÁFRICA	Produtos alimentícios	51,6%	Coque e produtos petrolíferos refinados	5,4%	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	3,6%
AN	Metais básicos	24,0%	Produtos alimentícios	8,1%	Máquinas e equipamentos n.c	7,4%
MERC	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	24,8%	Produtos químicos	12,8%	Máquinas e equipamentos n.c	9,0%
AS	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	17,3%	Produtos alimentícios	15,3%	Produtos químicos	9,6%
UE	Produtos alimentícios	18,1%	Metais básicos	6,8%	Papel e produtos de papel	4,8%
EUR	Metais básicos	28,0%	Produtos alimentícios	16,3%	Máquinas e equipamentos n.c	3,6%

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

De volta à **Tabela 3**, vejamos o comparativo das importações. Começando pelos produtos primários, observa-se que o Brasil compra relativamente poucos produtos agropecuários e extrativos, que corresponderam a apenas 8,6% das importações totais do Brasil. Contudo, cabe destacar as importações brasileiras de produtos agropecuários vindos das regiões MERC e AS, bem como as importações brasileiras de produtos extrativos oriundos das regiões ÁFR e AS. A partir destes dados, podemos afirmar que, como continente, a África e a América do Sul são grandes fornecedores de bens primários para o Brasil. No caso das outras regiões, em maior ou menor grau, prevalece o padrão da pauta geral das importações brasileiras: nossas compras se concentram em produtos manufaturados.

No caso da indústria de transformação, observa-se que há uma fuga do padrão das importações brasileiras vindas da ASEAN. Dentre os manufaturados importados de todo o mundo, prevalecem os produtos de média-alta tecnologia (47,9% do total), seguido dos de baixa (17%) e de alta (15,9%) tecnologia. Nas importações vindas das regiões ÁSIA, ÁFR, AN, MERC, UE e EUR prevalecem os manufaturados de média-alta tecnologia. Nas vindas da AS, prevalecem os manufaturados de média tecnologia. No caso da ASEAN, prevalecem os manufaturados de alta intensidade tecnológica, com 35,5% das compras que o Brasil faz à Associação.

Quadro 2 - Top 3 dos principais produtos industriais importados pelo Brasil por origem: 2019-2023

Origem	1ª Posição		2ª Posição		3ª Posição	
Mundo	Produtos químicos	21,8%	Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	11,1%	Máquinas e equipamentos n.c	9,3%
ASEAN	Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	34,8%	Produtos químicos	8,2%	Produtos de borracha e plásticos	7,6%
ÁSIA	Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	24,5%	Produtos químicos	19,2%	Máquinas e equipamentos n.c	10,7%
ÁFRICA	Produtos químicos	40,1%	Metais básicos	7,7%	Coque e produtos petrolíferos refinados	7,2%
AN	Produtos químicos	23,5%	Coque e produtos petrolíferos refinados	19,1%	Outros equipamentos de transporte	10,8%
MERC	Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	30,0%	Produtos alimentícios	14,1%	Produtos químicos	7,4%
AS	Metais básicos	21,7%	Produtos químicos	16,1%	Coque e produtos petrolíferos refinados	6,7%
UE	Produtos químicos	19,2%	Máquinas e equipamentos n.c	16,6%	Produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	12,7%
EUR	Produtos químicos	41,7%	Coque e produtos petrolíferos refinados	11,3%	Produtos farmacêuticos básicos e preparações farmacêuticas	8,4%

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

Como podemos ver no **Quadro 2**, que traz os três principais produtos industriais importados pelo Brasil por origem, do total das importações brasileiras vindas da ASEAN, 34,8% são de produtos

informáticos, eletrônicos e ópticos. Além disso, como singularidade, os produtos de borracha e plástico estão em terceiro lugar dentre os manufaturados importados vindos da ASEAN, produto que não apareceu em outro local da lista (situação semelhante aos produtos alimentícios e veículos, que só aparecem no Top 3 da região MERC, e outros equipamentos de transporte, que aparece para a AN).

Por fim, a **Tabela 4** a seguir traz o comparativo do comércio entre Brasil e regiões selecionadas segundo as grandes categorias econômicas no período 2019-2023.

Tabela 4 - Distribuição (%) do comércio entre Brasil e regiões selecionadas segundo as grandes categorias econômicas: 2019-2023

Categoria Econômica	Mundo	ASEAN	ÁSIA	ÁFR	AN	MERC	AS	UE	EUR
<i>Exportações</i>									
Bens de capital	5,0	1,5	0,6	6,3	12,4	12,6	15,0	2,8	4,4
Bens intermediários	67,3	63,6	72,1	62,3	65,3	60,9	44,8	69,9	77,8
Bens de consumo	13,1	6,5	8,5	26,2	11,6	22,5	24,9	9,8	14,8
Comb. e Lubrif.	14,6	28,3	18,7	5,2	10,7	4,0	15,3	17,5	3,0
Bens não especif.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	276.991	18.732	119.229	10.161	42.060	17.894	16.414	38.267	10.950
<i>Importações</i>									
Bens de capital	12,2	11,1	14,4	0,6	12,1	17,1	0,4	15,1	7,4
Bens intermediários	62,7	76,8	72,2	60,7	57,3	45,5	56,8	62,7	66,8
Bens de consumo	12,1	10,8	11,1	2,9	6,0	23,5	15,7	18,7	14,6
Comb. e Lubrif.	12,8	1,3	2,3	35,8	24,5	13,9	27,1	3,4	11,2
Bens não especif.	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0
Total	215.505	8.996	73.490	6.282	46.226	15.915	9.124	38.642	13.456

Fonte: elaboração própria, a partir do COMEXSTATS.

Comparando as pautas, observamos que as exportações brasileiras para a ASEAN se assemelham, com algumas ressalvas, àquelas realizadas para as regiões UE e ÁSIA, pois prevalecem as vendas de bens intermediários e combustíveis. Especificamente quanto aos combustíveis, a diferença entre as regiões está no beneficiamento dado ao petróleo: no caso da ASEAN, como vimos, prevalecem os derivados beneficiados pela indústria de transformação, enquanto para a ÁSIA e UE, o petróleo bruto é exportado pela indústria extrativa. Quanto às importações, comparando-se com a pauta Brasil-Mundo, vê-se uma diferença considerável apenas em relação aos combustíveis e aos bens intermediários, de modo que o comércio com a ASEAN se assemelha ao padrão observado para a região ÁSIA. Por sua vez, os dados mostram que a ASEAN ainda não se tornou nossa principal fornecedora de capital fixo (nem em termos absolutos ou mesmo relativos), papel ainda ocupado pelas regiões MERC, UE, ÁSIA e NA.

5. CONCLUSÕES

O objetivo proposto para este artigo foi analisar as relações comerciais entre o Brasil e o conjunto dos países que compõem a ASEAN. Levantamos a hipótese de que os países da ASEAN se destacam como fornecedores de produtos manufaturados enquanto o Brasil apresenta-se como fornecedor de produtos de baixo valor agregado, com maior participação das *commodities*. O Brasil acaba replicando nas relações de comércio com países da ASEAN o que já ocorre nas relações comerciais com os países de industrialização avançada, a saber: o Brasil apresenta-se como fornecedor de *commodities* derivadas do setor agrário e do extrativismo e comprador de produtos manufaturados de maior valor adicionado.

À luz das teorias marxistas da dependência e da desindustrialização, os dados apresentados nos permitem afirmar que a relação entre Brasil e ASEAN contribuiu para ampliar a dependência brasileira entre 1999 e 2023. Como pontuado no artigo, as economias dependentes são aquelas que, durante seu processo de reprodução do capital, recriam-se as condições do seu atraso e subordinação. Por sua vez, argumentou-se que a desindustrialização e a consequente re-primarização das exportações são fenômenos que reforçam essa condição de dependência, pois, por um lado, reduz-se a capacidade da economia doméstica de gerar estímulos endogenamente, e, por outro, aumenta a vulnerabilidade externa do balanço de pagamentos.

Corroborando com a literatura existente acerca do comércio exterior do Brasil com o mundo, os dados apresentados neste artigo indicam que as relações comerciais com a ASEAN contribuíram, por um lado, com o processo de re-primarização das exportações e, por outro, com uma maior da importação de produtos manufaturados. Nota-se que a desindustrialização da economia brasileira, como causa, teve como um de seus efeitos abrir espaço em nossa economia para uma região que ascendeu como um dos principais polos mundiais de exportação de manufaturados de alta intensidade tecnológica. Em troca, o Brasil ampliou as vendas de bens de baixo valor agregado para a ASEAN.

É nesse contexto que se pode afirmar que o Brasil não apenas se tornou grande fornecedor de capital constante circulante de baixo valor agregado à ASEAN, mas tem reforçado essa posição ao enquadrar-se na divisão internacional do trabalho “aceitando” sua posição de fornecedor global de *commodities*. Ao mesmo tempo, O Brasil passou a ser grande demandante de capital constante circulante e fixo de alto valor agregado. Ou seja, o processo de reprodução do capital no Brasil está condicionado à relação que o país estabelece, segundo os contornos propostos para este artigo, com a ASEAN, fato que foi se ampliando entre os anos de 1999 e 2023.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, A. C. **A teoria marxista das crises cíclicas de superprodução: desenvolvimento e aplicação para o caso brasileiro.** [s.l.] UFPR, 2016.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. C.; ALMEIDA, L. M. DE L. **Dating the Brazilian Economy's Business Cycle: 1997-2009** XXIX Encontro Nacional de Economia Política. **Anais...**Marabá: Sociedade Brasileira de Economia Política, jun. 2024Disponível em: <https://www.sep.org.br/01_sites/01/953_1709604449_SEP_2024_-_Dating_BC_-_Identificado_pdf_ide.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024
- ALMEIDA, L. M. DE L. **A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990.** [s.l.] UFBA, 2018.
- ALMEIDA, L. M. DE L.; BALANCO, P. A. DE F. The deindustrialization of the Brazilian economy: new evidences and the role of 1990s productive restructuring in this process. **Review of Political Economy**, n. In press, 2024a.
- ____. Deindustrialization in a Marxian perspective: An empirical study of the Brazilian economy between 1995-2010. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 68, p. 224–239, 1 mar. 2024b.
- ALMEIDA, L. M. DE L.; PIRES, P. H. A. F.; LEITE, A. C. C. Relações comerciais com a China e a desindustrialização brasileira entre 2000 e 2014: um estudo baseado na análise inter-regional do insumo-produto. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 63, n. Maio, p. 94–126, 29 ago. 2022.
- ALMEIDA, L. M. L.; RIBEIRO, N. R.; BALANCO, P. **Industrialização e Desindustrialização: uma conceituação à luz da teoria econômica marxiana** XXII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. **Anais...**Campinas: SEP, 2017
- BONELLI, R.; MALAN, P. **Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70** **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 1976. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/626/568>>
- BREDOW, S. M. S.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira : uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. **Economia e Sociedade**, v. 25, n. 3(58), p. 695–731, 2016.
- CARCANHOLO, M. D. Dialética Do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 247–272, 2008.
- ____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 11, n. 1, p. 191–205, 2013.
- ____. Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. e6628332, 13 nov. 2023.
- CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. Integración latinoamericana, dependencia de China y sub-imperialismo brasileño en América Latina. **Mundo Siglo XXI**, v. 8, n. 29, p. 43–62, 2013.
- COSENZA, A. C. Apontamentos sobre o comércio entre Brasil e China (2003-2014). n. November, 2016.

- CUNHA, A. M. *et al.* Impactos da ascensão da China sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, n. 3, p. 406–440, 2017.
- CUNHA, A. M.; LELIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Desindustrialização e comércio exterior: Evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3, p. 463–485, 2013.
- DUARTE, P. H. E. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, p. 131–156, jan. 2021.
- FASANO FILHO, U. A expansão das exportações e o crescimento econômico: o caso do Brasil, 1969-84. **Revista Brasileira de Economia**, v. 42, n. 1, p. 73–82, 1988.
- GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R&D Intensity. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, n. 04, 2016.
- GUIMARÃES, E. P. Padrão de comércio entre Brasil e Índia, China e alguns países do Sudeste Asiático. **Revista de Economia Contemporânea**, 1999.
- HIRATUKA, C. Reorganização das empresas transnacionais e sua influência no comércio exterior no período. *Em*: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Eds.). . **Comércio Internacional: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa**. Brasília: IPEA, 2010. p. 11–35.
- HIRATUKA, C.; NEGRI, F. DE. Notas sobre a influência da origem do capital sobre os padrões regionais de comércio exterior brasileiro. **Revista de Economia**, v. 29, 31 dez. 2003.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 1, p. 189–207, 2017.
- HORTA, M. H. Fontes de Crescimento das Exportações Brasileiras na Década de 70. **Política e Planejamento Econômico**, v. 13, n. 2, p. 507–542, 1983.
- HORTA, M. H.; SOUZA, C. F. B. DE. **A inserção das exportações brasileiras: uma análise setorial no período 1980/1996**: Texto para Discussão. Rio de Janeiro: [s.n.].
- JUSTEN, A.; GURGEL, C.; BRAGA, W. P. Reprimarização, política pública do trabalho e superexploração no Brasil: revisitando Ruy Mauro Marini. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 3, p. 405–415, dez. 2023.
- LAMOSO, L. P. Reprimarização no Território Brasileiro. **Espaço e Economia**, n. 19, 27 jul. 2020.
- LAPLANE, M. F.; NEGRI, F. DE. Impactos das Empresas Estrangeiras Sobre o Comércio Exterior Brasileiro: evidências da década de 90. **Economia**, v. 30, n. 1(28), p. 31–48, 2004.
- LAPLANE, M. F.; SARTI, F. Investimento direto estrangeiro ea retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e sociedade**, v. 6, n. 1(8), p. 143–181, 1997.
- LAPLANE, M.; SARTI, F. Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90. **Texto para Discussão IPEA**, n. 629, p. 49, 1999.
- LEITE, L. M. **Imperialismo: essência e aparência** XXI Encontro Nacional de Economia Política. **Anais...São Bernardo do Campo**: SEP, 2016
- LEITE, L. M.; CARCANHOLO, M. Mercado mundial e imperialismo: o papel central da grande indústria. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**, v. 1, n. 2, p. 63–88, 6 abr. 2021.

- LIMA, M. G. DE; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. Comércio internacional e competitividade do Brasil: um estudo comparativo utilizando a metodologia Constant-Market-Share para o período 2000-2011. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 419–448, ago. 2015.
- MACEDO CINTRA, A. M.; COSTA PINTO, E. China em transformação : transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 147, p. 381–400, 2017.
- MARCATO, M.; SARTI, F.; BALTAR, C. International competitiveness in a vertically fragmented production structure: empirical challenges and evidence. **Economics Bulletin**, v. 39, n. 2, p. 876–893, 2019.
- MARINHO, M. *et al.* Padrão de comércio de produtos do agronegócio entre o Brasil e a Asean. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 22768–22786, 29 nov. 2023.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 16 dez. 2017.
- MARX, K. **O Capital - Livro I: o processo de produção do capital**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MEDEIROS, C. A. A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 381–400, 2006.
- MEDEIROS, C. A.; SARTI, F. A internacionalização da produção e os desafios ao desenvolvimento econômico. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 15, n. 26, p. 259–276, 2020.
- MEDEIROS, P. V. M. DE. **Capitalismo Ibérico e especialização produtiva: uma análise da reprimarização e da maquilização no Brasil e no México**. Brasília: UNB, 2022.
- MESQUITA, R. B.; MERLO, E. M.; GREMAUD, A. P. Panorama do comércio exterior brasileiro: evolução dos principais parceiros e produtos (1997-2020). **Cadernos PROLAM/USP**, v. 20, n. 39, p. 414–440, 1 jul. 2021.
- MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização Na Economia Brasileira No Período 2000-2011: abordagens e indicadores**. [s.l.] UNESP, 2012.
- MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 835–860, 2020.
- NASSIF, A. **Estrutura e competitividade da indústria de bens de capital brasileira**: Textos para Discussão. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19340>>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- NEGRI, F. DE; LAPLANE, M. F. Impactos Das Empresas Estrangeiras Sobre O Comércio Exterior Brasileiro: Evidências Da Década De 1990. **Texto para Discussao IPEA**, n. 1002, p. 22, 2003.
- OLIVEIRA, H. A. DE. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 1, p. 114–124, jan. 2002.
- PEREIRA, L. R. Da indústria multidoméstica à indústria global: transformações e determinantes. **Leituras de Economia Política**, v. 19, n. 2 (29), p. 85–97, 2019.
- RIBEIRO, N. R. **A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise**. [s.l.] Universidade Técnica de Lisboa, 1988.
- SALAMA, P. China-Brasil : industrialização e “ desindustrialização precoce ”. p. 229–251, 2012.

- ____. Reprimarização sem industrialização, uma crise estrutural no Brasil. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 127–139, 1 set. 2016.
- SANTOS, L. M. DA S. DOS. DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 31, n. 2(56), p. 99–112, 2019.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. **Para além da política econômica**, 2018.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1(18), p. 63–94, 2002.
- SZIRMAI, A. Industrialisation as an engine of growth in developing countries, 1950–2005. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 23, n. 4, p. 406–420, 1 dez. 2012.
- TAVARES, M. DA C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.
- TREGENNA, F. What Does the ‘Services Sector’ Mean in Marxian Terms? **Review of Political Economy**, v. 23, n. 2, p. 281–298, 2011.
- ____. The specificity of manufacturing in Marx’s economic thought. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 20, n. 4, p. 603–624, 2013.
- ____. A new theoretical analysis of deindustrialisation. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 6, p. 1373–1390, 2014.
- ____. Sectoral Structure and Change: Insights from Marx. **Review of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 443–460, 3 jul. 2018.
- VELOSO, R. A. Relações Brasil-Sudeste Asiático/ASEAN. *Em*: BARBOSA, P. H. B. (Ed.). **Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas**. Brasília: FUNAG, 2017. p. 239–274.